



NEWSLETTER Nº 46, ABRIL 2010

Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail europedirect@esg.ipsantarem.pt

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico

EDITORIAL

O Centro Europe Direct de Santarém continua a promover as sessões do Curso de Estudos Europeus na ESGTS. No mês de Abril, contaremos com as presenças dos Deputados do Parlamento Europeu Edite Estrela, que vem trazer ao Curso o Tratado de Lisboa, e Capoulas Santos, que vem falar sobre a Política Agrícola Comum. O Curso terminará no dia 26 de Abril, com uma intervenção do Dr. Edmundo Martinho, Presidente do Instituto de Segurança Social, que vem apresentar o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social. As sessões são de entrada livre e estão abertas a todos os interessados.

O Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em Dezembro de 2009, prevê a “iniciativa de cidadania”, que

permite que 300 000 cidadãos de um mínimo de três países, apresentem uma petição à Comissão Europeia. Abordamos neste número da Newsletter esta questão, que é uma das novidades introduzidas pelo Tratado.

Também damos conta, neste número, da recente aprovação da Estratégia Europa 2020, como forma de reforçar a cooperação económica para recuperar da crise financeira e fazer face a desafios de longo prazo como a globalização, as alterações climáticas ou o envelhecimento da população.

Aproveitamos ainda para chamar a atenção para o novo modelo de recrutamento de funcionários para as instituições europeias, e para o facto de estarem abertos, até dia 15 de Abril, concursos para diversas áreas.

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE & ECONOMIA

Pag 3

UE & DIREITOS DOS CIDADÃOS

Pag 3

UE & INSTITUIÇÕES

Pag 4

UE E OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO / PARCERIAS

Pag 4

NOVO EXERCÍCIO DE DEMOCRACIA

Os europeus vão dispor brevemente de uma nova forma de levar a UE a agir sobre as questões que os preocupam. Mas como vai funcionar a iniciativa de cidadania na prática?

Introduzida pelo Tratado de Lisboa, a iniciativa de cidadania europeia destina-se a democratizar a UE, permitindo aos cidadãos uma intervenção mais directa nas suas políticas.

Na sequência da entrada em vigor do Tratado em Dezembro último, a Comissão, responsável pela elaboração da legislação, passou a ter uma obrigação formal (desde que sejam preenchidas algumas condições) de levar em consideração as propostas dos cidadãos.

A iniciativa de cidadania "deve promover um debate vivo sobre o que se faz em Bruxelas", declarou Maroš Šefčovič, novo Comissário das Relações Interinstitucionais e Administração.



De acordo com o Tratado, para ser levada em consideração pela Comissão, uma iniciativa deve ser subscrita por, pelo menos, um milhão de cidadãos originários, no mínimo, de um terço dos países da UE (actualmente, nove).

A Comissão estabeleceu agora um conjunto de regras que os cidadãos europeus devem respeitar para apresentar uma petição. Segundo a proposta, o número de assinaturas de cada país deve ser proporcional à sua dimensão: desde 4500 para os quatro países mais pequenos até 72 000 para o maior (Alemanha).

Uma vez recolhidas pelo menos 300 000 assinaturas de cidadãos de um mínimo de três países, a petição será registada na Comissão, que tomará uma decisão sobre se a iniciativa diz respeito a um domínio de competência da UE. A partir desse momento, os organizadores terão um ano para

apresentar as restantes assinaturas.

Se a iniciativa preencher os critérios, a Comissão tem quatro meses para decidir aprofundar a questão, propor uma nova legislação ou não tomar qualquer medida. As medidas que tomar, sejam elas quais forem, devem ser justificadas publicamente.

Para evitar fraudes, os signatários devem indicar o endereço, a data de nascimento, a nacionalidade e um número de identificação pessoal (bilhete de identidade, passaporte ou número de segurança social). Os organizadores deverão também revelar as fontes de financiamento da petição.

As regras propostas necessitam de ser aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, após o que poderão ser apresentadas as primeiras iniciativas (em princípio, no início de 2011).

Mais informações em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/10/116&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>



SEGURANÇA ALIMENTAR: UE COMBATE A FOME NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A Comissão Europeia adoptou dois novos enquadramentos estratégicos da UE para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem o problema da segurança alimentar, quer em situa-

ções de urgência, quer a longo prazo. O objectivo é registar progressos na realização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de erradicar a pobreza e a fome, optimizando a eficá-

cia da ajuda humanitária em situações de crise em que a insegurança alimentar coloca vidas humanas em perigo.

Mais informações em:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/10/404&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>

COMISSÃO ACTUALIZA LISTA DAS COMPANHIAS AÉREAS PROIBIDAS DE OPERAR NO ESPAÇO AÉREO EUROPEU

A Comissão Europeia adoptou hoje a 13ª actualização da lista das companhias aéreas proibidas de operar na União Europeia, incluindo na lista, com base nos controlos de segurança efectuados pela Organização da Aviação Civil Internacional, as companhias aéreas de mais dois países:

Sudão e Filipinas. Nesta actualização, a Comissão levantou parcialmente as restrições impostas à Air Koryo (República Popular Democrática da Coreia) e à TAAG (Angola), tendo imposto novas restrições às actividades da Iran Air. No que respeita à TAAG, a Comissão Europeia

reconheceu os progressos registados por esta companhia aérea, autorizando-a a operar mediante certas condições e com aeronaves específicas para todos os destinos na UE e já não só para Lisboa.

OPINIÃO PÚBLICA DA UE LARGAMENTE FAVORÁVEL ÀS ORIENTAÇÕES DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM EUROPEIA

A grande maioria dos cidadãos europeus subscreve os novos objectivos da política agrícola da União Europeia, sendo favorável à manutenção do seu orçamento actual. Esta é uma das principais constatações do inquérito efectuado às atitudes dos cidadãos europeus em relação à

agricultura e à política agrícola comum. Na sequência de duas sondagens do mesmo tipo realizadas em 2006 e em 2007, o novo inquérito vem confirmar que as orientações e objectivos da PAC recebem uma maioria de avaliações favoráveis. Este inquérito foi realizado entre 13

de Novembro e 9 de Dezembro de 2009, segundo o método clássico do Eurobarómetro, tendo sido realizados mil inquéritos individuais em cada um dos 27 Estados-Membros da UE.



ADOPTADOS OBJECTIVOS EUROPA 2020



Os dirigentes da UE reuniram-se em Bruxelas para, pela primeira vez, debater oficialmente a estratégia «Europa 2020» apresentada pela Comissão no mês passado.

Numa declaração conjunta, os dirigentes confirmaram estar de acordo com a maioria dos elementos da estratégia proposta, nomeadamente no que se refere a uma maior coordenação entre as políticas económicas nacionais e da UE, e sublinharam a necessidade de reforçar a cooperação económica para recuperar da crise financeira e fazer face a desafios de longo prazo como a globalização, as alterações climáticas ou o envelhecimento da população.

Os dirigentes europeus também aprovaram três metas quantitativas relativas ao aumento dos níveis de emprego e da despesa com a investigação e o desenvol-

vimento e ao cumprimento dos compromissos ambientais da UE. Duas outras metas propostas pela Comissão - relativas ao aumento dos níveis de educação e à inclusão social - serão analisadas em mais pormenor na cimeira de Junho.

Tal como recomendado pela Comissão, os dirigentes concordaram em discriminar as metas globais da UE em metas nacionais diferenciadas, ao contrário do que acontecia na anterior estratégia económica decenal da UE. A Comissão contribuirá para o debate sobre estas metas nacionais, mas a decisão final cabe aos governos dos países da UE.

Os dirigentes prometeram analisar os números em Junho e reflectir sobre uma eventual acção a nível da UE para colmatar possíveis diferenças entre as metas globais da UE e a soma das metas nacionais.

Os governos dos países da UE deverão igualmente apresentar planos pormenorizados que deixem clara a forma como tencionam garantir o cumprimento das respectivas metas. Estes «programas nacionais de reforma» também devem abordar os principais obstáculos ao crescimento económico. Os progressos serão monitorizados, estando prevista a publicação de relatórios anuais a nível da UE.

Na sequência do acordo da zona euro relativo a um plano de salvamento para a Grécia, o Conselho solicitou ainda à Comissão que apresente propostas em Junho sobre como melhorar a coordenação entre os países que utilizam a divisa. O euro desvalorizou nos últimos meses e os investidores estão preocupados com o elevado nível da dívida grega e de outros países.

UE & DIREITOS DOS CIDADÃOS

ESTABELECEER UM EQUILÍBRIO ENTRE PRIVACIDADE E SEGURANÇA

A Comissão Europeia prepara novas negociações com os EUA sobre a transferência de dados bancários no âmbito da luta contra o terrorismo.

A Comissão solicita aos dirigentes da UE que autorizem o reinício de conversações com os EUA depois de o Parlamento Europeu ter rejeitado o chamado "acordo SWIFT" com base no argumento de que o acordo representava uma ameaça para a privacidade. Os deputados europeus expressaram igualmente o desejo de serem mais frequentemente consultados durante o processo de negociação.

A nova Comissária para os Assuntos Internos, Cecilia Malmström, declarou que procurará obter mais garantias de protecção da privacidade e assegurar que o Parlamento Europeu seja devidamente informado em todas as fases das negociações.

O futuro acordo deverá também prever a reciprocidade por parte dos EUA, que deverá facultar dados bancários idênticos, caso a UE decida criar o seu próprio

programa de detecção de financiamento de grupos terroristas.

"O terrorismo continua a constituir uma das principais ameaças com que a segurança da UE se confronta e temos de criar instrumentos à altura deste desafio que permitam uma efectiva cooperação internacional", afirmou a Comissária.

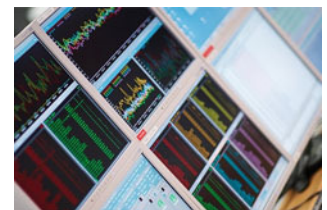
SWIFT é o acrónimo de "Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication" (Sociedade para a Comunicação Financeira Interbancária Mundial), uma rede de mensagens financeiras utilizada por cerca de 8000 bancos e instituições financeiras do mundo inteiro. A base de dados SWIFT regista todos os dias milhões de transferências bancárias internacionais. Os EUA utilizam essas informações para detectar presumidos terroristas através das suas transacções financeiras. Os dados em causa podem conter informações como o nome, o endereço e o número do bilhete de identidade de todas as pessoas implicadas numa transacção financeira.

Até há pouco tempo, o SWIFT tinha os seus servidores de dados no território dos EUA, sob jurisdição americana. Mas, no final do ano passado, os servidores que cobrem as transacções europeias foram transferidos para a Europa, obrigando os EUA a obter o consentimento desta para poderem ter acesso permanente aos dados.

Expressando preocupações relativas à segurança na ausência de um acordo, a Comissão tenciona concluir as negociações no próximo Verão.

As informações extraídas dos dados SWIFT ajudaram os investigadores europeus a localizar suspeitos implicados no plano terrorista da al-Qaeda, de 2006, de fazer explodir aviões em voo entre a Europa e os Estados Unidos.

Estes dados ajudaram também a identificar operações financeiras que envolviam um indivíduo estabelecido na Europa, suspeito de participar numa alegada tentativa de ataque aéreo no início do ano passado.



UE REMODELA PROCESSO DE SELECÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS: MENOS TEORIA, MAIS PRÁTICA

O Serviço Europeu de Selecção de Pessoal (EPSO) espera que os novos métodos acelerem o recrutamento e atraiam pessoas mais qualificadas e experientes.

Todos os anos, há dezenas de milhares de candidatos a lugares na função pública europeia, nomeadamente intérpretes, tradutores, juristas, economistas e secretários.

O anterior processo de selecção podia chegar a durar dois anos, desmotivando os candidatos e colocando as instituições da UE em desvantagem enquanto potenciais empregadores.

Para Maroš Šefčovič, o novo Comissário responsável pelas relações interinstitucionais e a administração, «num mercado do trabalho cada vez mais competitivo, as instituições europeias têm de ser capazes de atrair um

leque diversificado de candidatos altamente qualificados. Mas para isso é fundamental oferecer-lhes a perspectiva de um posto atraente num prazo de tempo razoável».

O novo procedimento irá durar entre 5 a 9 meses, em parte porque os concursos para os postos mais comuns, como o de administrador, assistente ou linguista, passarão a realizar-se todos os anos. Outra novidade é que, pelo menos para as primeiras provas, os candidatos deixarão de ser obrigados a aprender de cor toda uma série de datas e factos sobre a história da UE.

Estão previstas duas fases. Durante a primeira, que se desenrolará nos países de origem, os candidatos serão submetidos a provas para testar as suas competências profissionais e capacidade de raciocínio. Os que forem bem

sucedidos nestas provas eliminatórias serão convidados para a segunda fase, em Bruxelas. Só então serão testados os seus conhecimentos sobre a UE. Durante a segunda fase ser-lhes-á igualmente pedido que executem exercícios relacionados com o posto de trabalho em questão, demonstrando as suas capacidades em áreas como a resolução de problemas, o trabalho em equipa e a comunicação.

Os candidatos receberão informações pormenorizadas sobre o seu desempenho nas provas de concurso, e, se tiverem sido bem sucedidos, serão muito provavelmente convidados para uma entrevista. Os que ficarem aprovados num concurso mas não forem imediatamente contratados serão colocados numa lista de reserva que será válida por

Mais informações em: http://europa.eu/epso/index_pt.htm

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Saiba em que projectos podem ser parceiro:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>